

Tempos fluidos

Conhecimentos técnicos e sólidos devem se sobrepôr a soluções rápidas na Higiene Ocupacional

► Luiz Carlos de Miranda Júnior

A “modernidade” e sua fluidez, sempre a nos desafiar. Em 1936, o brilhante Charles Chaplin lança um de seus filmes mais famosos: “Tempos Modernos”. Como todos sabemos, nele são antecipados riscos que os trabalhadores viriam a enfrentar em sua nem sempre harmoniosa relação com as máquinas. Aproximando-nos dos 90 anos de seu lançamento, infelizmente ainda encontramos ambientes de trabalho em que a segurança dos trabalhadores não é prioridade, como retratado na exuberante crítica contida no filme. E essa realidade não guarda nenhuma relação com o conhecimento e tecnologias capazes de protegê-los no desempenho de suas funções. São outras as inúmeras razões que ainda os expõem a riscos à saúde e sua integridade física em geral.

Transportando a mensagem que encerra essa breve introdução para a Higiene Ocupacional, também podemos afirmar que não nos faltam conhecimentos, sequer ferramentas e instrumentos para nos assegurarmos de proporcionar às pessoas um ambiente de trabalho hígido. Nesse sentido, nunca é demais reforçar que o principal objetivo da Higiene Ocupacional é, por meio do diagnóstico competente, propor medidas de eliminação e/ou controle de riscos físicos, químicos e biológicos que possam trazer danos à saúde dos trabalhadores.

PASSO A PASSO

Nessa linha, reforço que o passo a passo para que se obtenha



Luiz Carlos de Miranda Júnior
- Engenheiro de Segurança do Trabalho, higienista ocupacional (ABHO/HOC-014), presidente da Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais, professor na Unicamp/SP, consultor independente.

na êxito nesta importante missão é:

I. Identificar os fatores de riscos físicos, químicos e biológicos nos ambientes de trabalho. Sem dúvida, essa etapa requer o assim chamado “olhar clínico” do profissional e ampla participação das pessoas que ali realizam suas tarefas;

II. Consultar de forma detalhada e tecnicamente competente as principais características dos agentes identificados;

III. Conhecer com aprofundamento adequado os efeitos à saúde originados da exposição aos agentes presentes nos ambientes de trabalho;

IV. Caso viável e a partir dos dados já coletados, realizar avaliação qualitativa do risco que os agentes podem determinar aos trabalhadores;

V. Caso necessária a avaliação quantitativa, buscar LEO (Limites de Exposição Ocupacional) na legislação brasileira e nas literaturas nacional e internacional;

VI. A partir das avaliações realizadas e caso os resultados assim determinem, indicar meios de controle da exposição dos trabalhadores aos agentes identificados.

Ou seja, o ciclo adequado da Higiene Ocupacional somente termina com a indicação dos controles necessários à preservação da saúde dos trabalhadores frente às exposições verificadas.

As etapas anteriormente citadas “per si” apontam para a complexidade de todo o processo encerra, quer em relação ao conhecimento de higienistas ocupacionais responsáveis pelo processo, quer em relação ao instrumental necessário para as avaliações quantitativas, quer pelas indicações de um sem-número de medidas de controle capazes de eliminar ou mitigar os riscos identificados.

Aqui retorno ao título desse artigo: Tempos fluidos. O termo foi criado por Zygmunt Bauman, sociólogo polonês que o cunhou a partir de suas observações sobre mudanças muito rápidas que ocorreram no século XX, onde tudo parecia feito para não durar, para não ser sólido.

A razão para me reportar às reflexões de Bauman é que cada vez mais nos defrontamos com profissionais atuando na Higiene Ocupacional que na ânsia de solucionar os desafios a

POR BANNARFARSAI STOCKSHUTTERSTOCK



eles direcionados buscam soluções rápidas, procuram por respostas prontas, por softwares que resolvam as questões que a eles cabem avaliar e indicar caminhos seguros.

Quem de nós, nas várias redes sociais das quais participamos, já não nos defrontamos com pedidos de soluções para problemas complexos que de forma alguma podem ser endereçados sem a utilização do passo a passo anteriormente exposto. Parece que alguns de nós esquecem do conhecimento, sólido e não fluido, requerido para que possamos apontar caminhos que resultem na proteção efetiva da saúde dos trabalhadores.

REFLEXÃO

Encerrando, proponho ao leitor

uma reflexão sobre o fato recém-ocorrido e que ilustra o que acabo de ponderar, a de avaliações fluidas sobre decisões que teriam que ser lastreadas no conhecimento técnico para evitar danos futuros.

Há pouco tempo, tomamos conhecimento da polêmica do afundamento do porta-aviões São Paulo que, construído pela França no final dos anos 50, foi utilizado pela Marinha Francesa durante 37 anos, antes de ser comprado pelo Brasil em 2000. Devido à sua idade, tornou-se obsoleto e foi desativado em 2018, pois uma reforma teria custo inviável. Foi então vendido para empresa turca que iria realizar seu desmonte, reciclando partes aproveitáveis. Como sabemos, tais operações implicam em grave ris-

co aos trabalhadores se não ocorrerem sob rígidos padrões de controle. Nesse caso específico, sobretudo no que se refere à exposição a agentes químicos, tais como amianto, tintas e outros materiais perigosos que, segundo informado, somados atingiam quase 10 toneladas. Quem já teve informações da forma como ocorrem esses processos de desmontagem verificou que as condições a que os trabalhadores se expõem, na maioria dos casos, são extremamente deletérias.

Devido aos riscos envolvidos com o recebimento do navio, a Turquia não permitiu que ele atracasse em seus portos, diga-se, decisão acertada. A tentativa de retorno ao porto do Recife também foi frustrada pela mesma razão. Dessa forma, o problema foi se agravando com risco iminente até mesmo do afundamento espontâneo da embarcação por falta de estabilidade e fluidez.

O resultado dessa lamentável história é que a decisão sobre o afundamento compulsório do navio foi dada por um juiz do Tribunal Regional Federal que, mesmo com tentativas de reconsideração baseadas em alertas sobre o risco ambiental, considerando a iminência de afundamento espontâneo do casco e o risco para a tripulação envolvida em possível operação de reboque, decidiu por permitir o naufrágio provocado.

Assim, em 3 de fevereiro último o porta-aviões São Paulo teve sua submersão controlada à distância de 350 quilômetros da costa brasileira e jaz a uma profundidade de cinco mil metros. Quanto às consequências futuras para o meio ambiente, sabe-se lá? Ou seja, não foi por falta de tempo que decisão mais acertada deixou de ocorrer. Conhecimentos técnicos sólidos sobre os possíveis danos que as alternativas poderiam trazer estavam disponíveis. Mas a busca de soluções rápidas, nem sempre considerando todos os aspectos relevantes, foi a escolhida no caso em tela. Tempos fluidos.

